



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE UNB PLANALTINA – FUP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – LEdoC
TURMA 05

ERIE NE DOS SANTOS ROSA

**ESTUDO PARA O PLANEJAMENTO DA CRIAÇÃO DE UM CENTRO
DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA NA ESCOLA DA COMUNIDADE
KALUNGA ENGENHOII**

PLANALTINA-DF
2016

ERIE NE DOS SANTOS ROSA

ESTUDO PARA O PLANEJAMENTO DA CRIAÇÃO DE UM CENTRO
DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA NA ESCOLA DA COMUNIDADE
KALUNGA ENGENHOII

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao curso de Licenciatura em
Educação do Campo (LEdoC) como
requisito parcial para a obtenção do título
de Licenciada.

Orientador: Prof. Dr. Jair Reck.

Co-Orientadora: Prof^a. MS. Juliana
Rochet.

PLANALTINA - DF

2016

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Jair Reck Universidade de Brasília-UnB
(Orientador)

Prof. Dr. Manoel Pereira de Andrade Universidade de Brasília-UnB (UnB)
(Examinador Interno)

Profa. Dr. Juliana Rochet Wirth Chaibub Universidade de Brasília-UnB
(Examinador Interno)

Dedico este trabalho primeiramente ao meu pai Erico dos Santos Rosa, que infelizmente faleceu quando eu estava cursando o 7º semestre, as minhas três filhas e ao meu filho de coração: Anna Clara dos Santos Pimentel, Nycolle Melissa Moreira dos Santos, Ana Luiza dos Santos Pimentel, e Victor Moreira dos Santos Rosa, ao meu esposo Dorizeth Ferreira dos Santos, aos meus familiares, a todo povo Kalunga e a história de vida que possuem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me dar vida e saúde.

Ao meu Pai Erico dos Santos Rosa que sempre me deu muita força, que me ligava todos os dias para saber como eu estava ou se estava precisando de alguma coisa e que hoje não se encontra presente em carne, mas com toda certeza em espírito, sei que com certeza ele está muito feliz com mais essa conquista e a minha mãe Alian Vieira da Silva por me pôr no mundo, e juntamente com o meu padrasto Beijamim Ferreira Maia por me ajudarem financeiramente quando eu precisava.

Agradeço as minhas filhas Nycolle Melissa Moreira dos Santos, Ana Luiza dos Santos Pimentel e Anna Clara dos Santos Pimentel que sempre me deram força, sempre compreenderam a necessidade de eu ter que ficar fora de casa por tantos dias.

Aos meus irmãos: Erivaldo dos Santos Rosa que sempre me tirou do sufoco quando eu mais precisava e sempre me acalmava nos momentos de desespero, ao meu irmão Enderly Rafael Torres dos Santos, que sempre me viu como um exemplo a ser seguido, à minha irmã Erlane Valesco dos Santos, por sempre me trazer palavras de apoio, à minha irmã Éricka dos Santos Rosa que sempre estava presente em vários momentos da minha vida, às minhas irmãs de coração, Daiane Vieira Maia e Aline Cesário de Torres.

Agradeço ao meu tio Selço dos Santos Rosa, meu tio Walter dos Santos Rosa, tia Lucenir dos Santos Rosa, Elcilene Francisco Sousa, tia Dorotéia dos Santos Rosa, minha comadre Rahiane dos Santos Maia, à Filomena dos Santos Rosa à minha avó Vitalina Ternermães, ao meu avô Guilherme dos Santos Rosa, ao meu esposo Dorizeth Ferreira dos Santos e a minha madrastra Lucideth Cesário de Torres por terem ficado cuidando da minha pequena Anna Clara enquanto eu estava na faculdade.

Ao grupo de professores da LEdoC que contribuíram muito para o meu crescimento intelectual, em especial, quero citar o nome do professor Rafael Vilas Boas, que acreditou em meu crescimento como intelectual orgânica, como liderança, como mulher, enfim, como ser humano, pois hoje eu agradeço todas as broncas, todas as cobranças e principalmente todas as palavras de apoio que ele sempre falou para toda a nossa turma Zumbi dos Palmares, especialmente pela injeção de

ânimo que ele sempre nos deu, nos mostrou que nós éramos capazes, que não éramos inferiores a ninguém e que tínhamos o direito e dever de ocupar esta Universidade. Agradeço também à professora Juliana Roched que eu tive o prazer de conhecer já no finalzinho da minha jornada, mas que teve muita importância para que eu pudesse conseguir chegar até aqui, pois assim que eu a procurei para ser minha orientadora, ela aceitou e me ajudou muito, me acompanhando até quando pôde, enfim, muito obrigada a você professora Juliana.

Ao professor Jair Reck por ter aceitado me orientar nesta reta final.

Aos colegas que me acompanharam nessa jornada, que estiveram ao meu lado nos momentos bons e principalmente nos ruins, tia Lerecy dos Santos Rosa, Cátia Regina, Luana dos Santos Rosa, Halanna Ferreira da Silva, Nivaldo Júnior, Diranice Cesário de Torres, Valquíria Fernandes Dias, Fernando Marques, Maria Aparecida Paulino, Maria Nilza P Noletto e Valdir Fernandes.

E por fim, não menos importante, quero agradecer à banca de minha defesa por dar fechamento a todo este processo de luta e conquista nos estudos.

“Aqueles que se sentem satisfeitos sentam-se e nada fazem. Os insatisfeitos são os únicos benfeitores do mundo.”

Walter S. Landor.

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo para subsidiar o planejamento da criação de um centro de documentação e memória na escola da comunidade Kalunga Engenho II. O trabalho objetiva principalmente, identificar os requisitos e aspectos fundamentais que devem integrar o planejamento do respectivo centro a partir do levantamento das demandas e necessidades da comunidade, bem como do embasamento teórico em autores como Tessitore (2003) e Custódio (2012), Silva (1996), Haddad (2012), Da Matta (1981), entre outros. Para este estudo, a pesquisa de campo foi o principal instrumento utilizado, que acabou por contribuir para uma maior aproximação da realidade e da percepção dos sujeitos locais em torno da questão do fortalecimento da cultura quilombola. Os resultados obtidos com as entrevistas realizadas com três moradores da comunidade, que demonstraram interesse pela temática apresentada, de maneira que isso contribuiu para o entendimento, de que, há necessidade de que a localidade seja inspirada e fortalecida quanto ao respeito identitário, ao resguardo cultural, histórico e memorial do povo Kalunga, de forma que um centro de documentação no contexto escolar tende a possibilitar esse processo, a fortalecer a prática da educação do campo e da valorização dos camponeses Kalungas.

Palavras-chave: Educação do Campo; Memória; História: Povo Kalunga.

ABSTRACT

This paper presents a study to support the planning of the creation of a documentation and memory center in the school of Engenho Il Kalunga community. The work aims mainly to identify the requirements and key issues to be included in the planning of its center from the survey of the demands and needs of the community, as well como do theoretical basis on authors such as Tessitore (2003) and Custodio (2012), Silva (1996), Haddad (2012), Da Matta (1981), among others. For this study, the field research was the main tool, which eventually contribute to greater approximation of reality and perception of local actors around the issue of strengthening the quilombo culture. The results obtained from interviews with three residents of the community, who have shown interest in the theme presented so that contributed to the understanding, deck, there is need for the town to be inspired and strengthened with regard to respect identity, cultural confinement, historical and memorial Kalunga people, so that a documentation center in the school context tends to facilitate this process, to strengthen the practice of rural education and the appreciation of Kalungas peasants.

Key - words: Rural Education; Memory; History; Kalunga People.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	14
1.1 SOBRE O TIPO DE PESQUISA.....	14
1.2 SOBRE OS INSTRUMENTOS DA PESQUISA.....	15
1.3 INFORMAÇÕES DO GRUPO PESQUISADO.....	16
CAPÍTULO II - O TERRITÓRIO KALUNGA DO ENGENHO II E OS FUNDAMENTOS PARA A CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA.....	17
2.1 A COMUNIDADE DO ENGENHO II.....	17
2.2 A ESCOLA DO ENGENHO II.....	18
2.3 O TERMO CULTURA.....	21
2.4 HISTÓRIA E MEMÓRIA.....	22
2.5 CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA.....	25
2.6A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE.....	28
CAPÍTULO III – A COMUNIDADE E SUAS PERCEPÇÕES NA PERSPECTIVA DA CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA.....	33
3.1 INFORMAÇÕES DE CAMPO.....	33
3.1.1Visão dos entrevistados sobre o conceito de memória e história.....	33
3.1.2 Conhecimento sobre a história do Engenho II.....	34
3.1.3 Aspectos relacionados a opinião dos entrevistados sobre a criação de um centro de Documentação e Memória na comunidade.....	35
3.2PROPOSTA DE PLANEJAMENTO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA.....	37
3.2.1Ativação da pesquisa permanente.....	37
3.2.2 Local de instalação do Centro de Documentação e Memória.....	38

3.2.3 Aquisição de recurso para implantação.....	38
3.2.4 Os atores envolvidos.....	38
3.2.5 Envolvimento da comunidade.....	39
3.2.6 Etapas para o levantamento dos documentos.....	39
3.2.7 Instrumentos para o levantamento de dados.....	40
3.2.8 Formas de aquisição de recursos para projetos de natureza cultural.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	44
ANEXOS.....	46

INTRODUÇÃO

É importante considerar que a proposta de criação de um Centro de Documentação e Memória na escola do Engenho II é importante porque vem de encontro ao ideal de resguardar a memória local e aproximar os saberes culturais da prática escolar. O potencial pedagógico deste local é bastante evidente, sendo que, os educadores do campo podem utilizá-lo como fonte de pesquisa para metodologias de aulas mais interativas e formativas de alunos capacitados a afirmar a sua história a partir do conhecimento que podem ser adquiridos.

O objetivo geral desta pesquisa é apresentar um estudo sobre quais são os requisitos e aspectos fundamentais para a criação de um Centro de Documentação e Memória na Escola da Comunidade Kalunga Engenho II, de forma que, para se alcançar esse fim foi efetuada a pesquisa bibliográfica em livros, artigos, monografias, leis, órgãos de fomento e também a pesquisa de campo junto a pessoas do povoado.

Quanto aos objetivos específicos deste estudo estes são: verificar a percepção comunitária sobre a criação de um Centro de Documentação e Memória na escola da comunidade Kalunga Engenho II para a guarda e acesso a diferentes produções, justamente porque a localidade recebe um grande número de turistas, sendo a mesma uma espécie de porta de entrada para os visitantes do quilombo Kalunga da região. Com isso, tem-se o propósito de guardar e trazer acessibilidade a diferentes produções acadêmicas e artísticas realizadas sobre o território e seus moradores; verificar a existência de meios que facilitem o acesso de alunos, moradores da comunidade e do quilombo Kalunga como um todo aos documentos e registros históricos. A comunidade Kalunga Engenho II tem sido objeto de uma extensa variedade de pesquisas de natureza acadêmico-científica ou, ainda, de levantamentos para produções jornalísticas que exploram dados históricos na região. Ao problematizar tal realidade junto aos moradores locais, o que aconteceu através de reuniões prévias viabilizadas através da Associação Kalunga de Cavalcante, foi possível perceber que algumas reclamações são recorrentes em relação à dispersão de registros históricos que deveriam estar disponíveis na escola aos alunos e demais cidadãos. Pois, se observa que frequentemente não ocorre o retorno esperado pela comunidade dos resultados obtidos por meio das pesquisas,

filmagens e documentários realizados sobre a cultura e vida dos Kalungas. Foi isso que motivou o 1º Encontro de Pesquisa do território Kalunga, em Diadema, realizado em 2015, que teve como objetivo discutir sobre formas de fortalecimento e valorização dos saberes culturais do povo Kalunga a partir da pesquisa e de registros da memória, de maneira que, as questões colocadas neste evento permitiram perceber a relevância de se estudar formas de resguardar a memória do Engenho II, por exemplo, planejar a criação de um Centro de Documentação e Memória no Engenho II. A comunidade Engenho II possui um rico acervo de práticas culturais, que fundamentam e reafirmam a identidade quilombola.

Levando-se em consideração tal contexto, este trabalho indaga sobre o seguinte problema de pesquisa: a implantação de um centro de documentação e memória na comunidade Kalunga do Engenho II seria uma forma de valorizar e fortalecer a história e cultura local, promovendo e estimulando as pessoas da comunidade a constituírem-se como sujeitos e construtoras do conhecimento sobre suas próprias vidas e sobre o território?

Essa questão de pesquisa surgiu a partir da observação de que há um interesse por parte da própria comunidade no que toca à construção de um espaço que resguarde a história e a cultura do povo Kalunga, bem como as diferentes produções acadêmicas e artísticas desenvolvidas ao longo do tempo sobre esse grupo. Compreende-se que a criação de tal espaço potencializará a articulação e aproximação entre a teoria obtida no curso de Licenciatura em Educação do Campo com a prática cultural do artesanato, da religiosidade, dos festejos, das danças, dos contos e estórias, das histórias locais, entre outros saberes manifestos na comunidade local.

Com base em conhecimentos teóricos e práticos apreendidos durante o Curso de Licenciatura em Educação do Campo na Faculdade UnB de Planaltina-FUP, de 2012 a 2015, bem como por meio de uma pesquisa de campo com sujeitos da comunidade, foi possível identificar os principais aspectos necessários para a criação de um centro de promoção e resgate da historicidade, cultura e memória que envolve a comunidade Kalunga Engenho II.

Esse tema poderá também contribuir para reflexão acerca de como os moradores da comunidade podem ser estimulados a cultivar, por meio da implementação de um Centro de Documentação e Memória no território, um

processo de reafirmação de sua subjetividade, identidade e da história deixada por seus ancestrais.

Considero que aproveitei a oportunidade de desenvolver este trabalho final, para pensar algo em favor de minha comunidade, por meio da realização do curso de Licenciatura em Educação do Campo. Esse ideal ganhou impulso, especialmente porque sinto-me ser uma das representantes do local, sou educadora na escola existente e enxerguei no território Kalunga Engenho II um ambiente favorável e estruturado para receber o Centro de Documentação e Memória.

Este estudo está dividido em três capítulos. O capítulo I aborda a metodologia da pesquisa os instrumentos de coleta de dados e os sujeitos da pesquisa. O capítulo II trata da fundamentação teórica e bases conceituais, apresentando aspectos como: a comunidade do Engenho II, os conceitos de cultura, história e memória, centro de documentação, e a educação do campo no processo de formação docente, entendendo a influência disso para a temática do estudo. O capítulo III tratados resultados e da discussão da pesquisa em torno da problemática escolhida. Nesta parte do estudo são apresentadas as entrevistas realizadas e uma proposta de planejamento do Centro de Documentação e Memória na escolada comunidade Engenho II.

As considerações finais apresentam uma reflexão sobre todo o trabalho de pesquisa realizado, sobre o planejamento para a criação de um centro de documentação e memória na escola local do Engenho II. Nesta parte são apresentadas as conclusões a respeito de tudo que foi obtido através do estudo.

CAPÍTULO I - METODOLOGIA DA PESQUISA

Este capítulo aborda a metodologia a ser empregada para a coleta, análise e utilização de dados a ser utilizada no estudo para um planejamento voltado a criação de um centro de documentação e memória na escola da comunidade Kalunga Engenho II.

1.1 SOBRE O TIPO DE PESQUISA

Segundo Creswel (2010) a pesquisa qualitativa tem um diferencial muito importante da pesquisa quantitativa. Na primeira, o pesquisador é conduzido a ter um contato aproximado do grupo ou povo pesquisado, tendo-se a chance de maior aprofundamento sobre o tema estudado. Outra característica é a de o pesquisador ser um instrumento de fundamental importância no estudo. Além disso, a abordagem qualitativa possibilita múltiplas fontes de dados, e maneiras mais flexíveis de análise de dados, o que auxilia o pesquisador no processo de interpretação das informações obtidas.

Para Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa bibliográfica é a origem de todas as demais pesquisas, de modo que esta é fundamentada em dados já produzidos e escritos, publicados ou disponíveis numa biblioteca ou livraria. O levantamento bibliográfico será especialmente enfatizado durante a realização desta pesquisa, considerando-se os objetivos a serem alcançados com o projeto.

Conforme destaca Gil (2008), a pesquisa de campo consiste num tipo de pesquisa em que o pesquisador faz a observação direta dos fenômenos vividos pelo grupo em análise, ou seja, é através de entrevistas e diálogos com as pessoas que ocorre a coleta de dados.

Este trabalho utiliza-se da pesquisa bibliográfica e de campo para a aquisição de conhecimentos necessários que sirvam de subsídio à proposta de planejamento de um centro de documentação e memória na escola da comunidade Kalunga Engenho II, na busca de que numa situação posterior se utilize dessas informações para a construção de um projeto de cunho social e não apenas acadêmico.

1.2 SOBRE OS INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Segundo Creswel (2010), o principal instrumento de uma pesquisa é o próprio pesquisador, compreendendo-se que o desenvolvimento dos trabalhos irá depender de aspectos pessoais que envolvem o comprometimento deste com o que deseja obter.

Para Gerhardt e Silveira (2009), a coleta de dados exige que o pesquisador tenha em mãos bons instrumentos que possam facilitar os procedimentos de pesquisa, e que possam fornecer informações úteis para a problemática de estudo.

Nesta pesquisa, foram utilizadas diversas fontes de informações secundárias, tais como: documentos, livros, artigos, sites, produções audiovisuais, entre outros. Quanto ao contato direto com os moradores da comunidade estudada, foram realizadas três entrevistas semiestruturadas e observação participante para o registro de aspectos relativos à cultura local. Essa parte contou com a participação de 03 pessoas da comunidade que residem no Engenho II e fazem parte da história da região e exercem influência no contexto da escola local pela personalidade e representação social que possuem.

Escolheu-se apenas três entrevistas porque houve o entendimento de ser este um quantitativo suficiente para verificar se a temática é importante ou não no ponto de vista dos moradores, considerando que os sujeitos participantes são lideranças da localidade e encontram-se em relação com as demais pessoas da comunidade, de forma que dialogam com elas constantemente, e assim, acabam por conhecer muitos dos seus anseios.

Para a realização da entrevista com pessoas da comunidade, trabalhou-se um roteiro de entrevista, com perguntas abertas, conforme anexo 1.

A observação participante que foi aplicada na parte da pesquisa com os moradores, é analisada da seguinte forma:

O investigador participa até certo ponto como membro da comunidade ou população pesquisada. A ideia de sua incursão na população é ganhar a confiança do grupo, ser influenciado pelas características dos elementos do grupo e, ao mesmo tempo, conscientizá-los da importância da investigação. Este tipo de observação foi introduzido nas ciências sociais pelos antropólogos no estudo das chamadas sociedades primitivas. A técnica de observação participante ocorre pelo contato direto do pesquisador com o fenômeno observado. Obtém informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.75).

De forma concomitante à realização das entrevistas, buscaram-se informações específicas junto a órgãos públicos e entidades voltadas para questões culturais no município, a saber: Secretaria de Estado de Cultura de Goiás (Secult), a Associação Quilombo Kalunga de Cavalcante (AKC), o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

1.3 INFORMAÇÕES DO GRUPO PESQUISADO

Foram pesquisados três moradores da comunidade Kalunga Engenho II, estes encontram-se nas faixas etárias de 17, 29, e 66 anos de idade. Sendo duas dessas do gênero feminino e um do gênero masculino. Observou-se também que estes enquadram-se em vários níveis de escolaridade, a saber, há um que afirmou não ter estudado o ensino formal, outro que concluiu o ensino fundamental e um que salientou ter iniciado um curso superior, mas não chegou a concluí-lo, tendo o ensino superior incompleto.

Todos reafirmaram pertencer à etnia negra, sendo afro-descendentes oriundos de escravos que viveram por séculos na região e ajudaram a compor o quilombo existente no local. Em se tratando de um trabalho que envolve o resguardo da cultura do povo quilombola, que é representado por sujeitos afro-descendentes, torna-se relevante analisar as características dos mesmos, tendo-se a possibilidade de identificar a diversidade de conhecimento e a influência desses elementos na visão dos sujeitos (CRESWEL, 2010).

CAPÍTULO II -

O TERRITÓRIO KALUNGA E OS FUNDAMENTOS PARA A CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA

2.1 A COMUNIDADE DO ENGENHO II

Segundo Moreira (2013), a comunidade Kalunga do Engenho II é formada por remanescentes de escravos negros que se refugiaram na região em busca de sossego e liberdade para viver, o que contribuiu para a formação do atual quilombo.

O Engenho II está localizado a 27 km da sede municipal, a saber, da cidade de Cavalcante-GO. O espaço é constituído por uma vasta vegetação de cerrado, com rios e cachoeiras, além de apresentar, nas suas dimensões territoriais, muitas outras riquezas ecológicas, históricas e culturais, dignas de admiração e respeito (MOREIRA, 2013).

Ainda conforme Moreira (2013), a comunidade do Engenho II possui 160 domicílios, com a habitação de 768 moradores no total, de modo que em cada residência há em média oito pessoas morando.

De acordo com Ungarelli (2009), o quilombo Kalunga tem uma característica muito importante quanto ao plantio e colheita de suas roças, pois ainda existe a continuidade do respeito aos valores históricos e culturais, de forma que as estações do ano, as rezas, as festas, as folias e muitas outras manifestações artísticas são relacionadas às práticas agrícolas de subsistência exercidas no local.

Ainda a partir de Ungarelli (2009), tem-se que o período das águas e das secas, e mais, as condições da lua são aspectos agroecológicos que determinam a hora certa de plantar, colher e de festar. A religiosidade é um ponto bastante expressivo e respeitado pela comunidade, especialmente durante o culto aos santos reverenciados por todos os devotos; essas representações estão alinhadas a uma forte cultura oral.

Quanto à infraestrutura básica local, a comunidade Kalunga do Engenho II possui um Posto de Saúde da Família (PSF III), que atende aos moradores com serviços básicos de saúde, como consultas médicas e atendimento odontológico. A comunidade possui uma única escola, a “Escola Municipal Joselina Francisco Maia”,

que consegue atender alunos do Ensino Fundamental e Médio. Atualmente, existe também no local um Centro de Atendimento ao Turista (CAT), onde os artesãos têm a oportunidade de ofertarem seus trabalhos a turistas que vão ao local para visitar as cachoeiras ou conhecer a cultura quilombola (UNGARELLI, 2009).

2.2 A ESCOLA DO ENGENHO II

Um grupo de alunas da turma 05 do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UnB, desenvolveu em 2012 uma inserção na comunidade Engenho II, que foi orientada a coletar dados relacionados à localidade e à história construída naquele contexto, a partir disso, a equipe conseguiu evidenciar aspectos relacionados à cultura e à memória da localidade, e, inclusive, foram levantadas informações relacionadas à escola local, o que ajudará a desenvolver este tópico.

Entre os anos de 1962 a 1964, a professora Joany Ribeiro da Silva (In Memoriam), oriunda da zona urbana do município de Cavalcante – GO, começou a realizar trabalhos educativos no Engenho II, buscando alfabetizar crianças e demais interessados em aprender a ler e a escrever na localidade (ROSA et al, 2012).

Em 1972 a Sr^a Joselina Francisco Maia (In Memoriam), que era alfabetizada e alimentava em si um forte desejo por levar a educação à comunidade quilombola, passou a ministrar aulas em sua própria residência no Engenho II (ROSA et al, 2012).

Após treze anos de luta por uma escola oficial no local, com o governo do prefeito Felipe Ferreira da Silva (In Memoriam) no município de Cavalcante, o anseio dos camponeses começou a ser atendido, de maneira que em 1985 foi construído o primeiro prédio para atender alunos de 1^a a 4^a série (2^o a 5^o no- nova modulação) de forma multisseriada. A escola era constituída por uma sala de aproximadamente 5,5m x 4,5m (ROSA et al, 2012).

Com o mandato do prefeito Elias Jorge Cheim, a partir de 1990, foi construída mais uma sala de aula, o que acabou por contribuir para que os educandos de 1^a e 2^a séries ficassem numa sala e aqueles de 3^a e 4^a série permanecessem noutra (ROSA et al, 2012).

No ano de 2004, o prefeito da época, o Sr. Eduardo Coimbra Passos (In Memoriam) determinou a construção do segundo prédio escolar, de maneira que, desde este período, a unidade educativa passou a ser chamada de Escola Municipal

Joselina Francisco Maia, isso em homenagem a uma das mais influentes educadoras que ajudou a fortalecer a luta pela criação de uma escola no contexto local (ROSA et al, 2012).

Este segundo prédio é composto por três salas de aula, dois banheiros, uma cantina e uma sala onde funcionam simultaneamente a secretaria e a biblioteca da escola. Em 2008, uma ONG juntamente com o Banco HSBC e funcionários do banco ITAÚ construíram o terceiro prédio para o funcionamento do ensino no Engenho II, a unidade é composta por três salas e dois banheiros (ROSA et al, 2012).

A configuração geográfica atual do primeiro prédio é a seguinte: suas duas salas foram ocupadas pelos trabalhos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), a cantina foi transformada num laboratório de informática, onde há oito computadores que deveriam funcionar para o trabalho de pesquisa e transdisciplinaridade, porém este se encontra aquém do esperado, o mesmo está sob responsabilidade do Estado (ROSA et al, 2012).

Nos outros dois prédios (segundo e terceiro) funciona o ensino fundamental (1ª fase) no período matutino sob responsabilidade do poder municipal, em que se atende cerca de 90 estudantes; ao passo que no período vespertino funciona o ensino fundamental (2ª fase) e o ensino médio (1º a 3º ano) que estão sob responsabilidade do poder estadual, compreendendo cerca de 65 educandos (ROSA et al, 2012).

Todos os educandos são filhos de camponeses residentes no Engenho II, carregam consigo traços da cultural social que possuem, da linguagem e dos saberes do campo para o espaço escolar (UNGARELLI, 2009).

No âmbito municipal, representado pela Escola Municipal Joselina Francisco Maia, tem 06 professoras (04 efetivas e 02 temporárias), duas merendeiras e uma faxineira, sendo importante ressaltar que entre as educadoras 05 dessas já fizeram LEdoC na UnB e demonstram ter interesse em formar crianças e jovens que tenham respeito e conhecimento da cultura da comunidade quilombola, e ainda, que estejam dispostos a não perder o vínculo com os saberes do campo (ROSA et al, 2012), tal qual é idealizado por Caldart (2012), que considera a formação dos sujeitos do campo como donos do próprio destino, por Brandão (2014) que reforça a construção de uma metodologia de ensino do campo cada vez mais direcionada aos interesses dos seus moradores e Molina (2010) que destaca a escola do campo como

potenciadora para educandos que estão inseridos na 1ª fase do ensino fundamental, os componentes curriculares são os seguintes: português, matemática, geografia, ciências, história, educação artística e educação religiosa (ROSA et al, 2012).

No âmbito estadual, representado pela Extensão do Colégio Estadual Elias Jorge Cheim – Comunidade Kalunga, se tem 06 professoras (todas temporárias), uma merendeira e uma faxineira, de forma que entre essas educadoras, 03 também realizaram LEdoC na UnB, e alimentam os ideais de promover uma educação do campo que realmente enfatize o sujeito do campo (ROSA et al, 2012), seguindo-se pressupostos de Caldart (2012), que considera a valorização destas pessoas como forma de reafirmar a identidade desses sujeitos, de, e ainda, de Molina (2010) a qual critica a maneira que as escolas do campo ainda permitem a continuação das convicções da educação rural, pois este último modelo educativo não se interessa pelo camponês, mas mantém um ensino bancário e autoritário, que subjugam os seus interesses a segundo plano.

Os componentes curriculares da 2ª fase do ensino fundamental são estes: português, matemática, inglês, história, geografia, ciências, artes, educação física, e educação religiosa, ao passo que os educandos do ensino médio (1º ao 3º ano) são abrangidos com os seguintes componentes curriculares: português, matemática, história, geografia, espanhol, inglês, educação física, artes, filosofia, sociologia, biologia, química, história de Goiás, eco turismo e ética e cidadania (ROSA et al, 2012).

Segundo aponta Rosa et al (2012), a unidade educativa do Engenho II possui também uma quadra de areia, a qual é utilizada para a educação física de educandos que estudam na rede municipal e estadual de ensino, ainda existe uma mesa de pingue pongue (ou ping pong), e um parquinho que foram doados pela ONG/ HSBC, mas que ainda não se encontram em uso pelos alunos. Acredita-se que o interesse desses bancos e ONG em construir o prédio escolar está em torno da questão da necessidade de ações sociais que hoje muitas empresas realizam tendo em vista demonstrar que se importam com a sociedade, e nesse caso, essa ação efetuada na comunidade Kalunga Engenho II pode estar sendo usada não só para a questão de social, mas também para fortalecer o marketing dessas entidades. Entre outros aspectos polêmicos está a questão dos materiais didáticos, que ainda não atendem 100% a demanda, e para os professores fica a responsabilidade de conseguir

A extensão do Colégio Elias Jorge Cheim possui Conselho Escolar no Engenho II, mas este não funciona como se objetiva em princípios legais, pois os pais de alunos acabam por não participarem das decisões da escola, isso em face da distância que algumas famílias estão da mesma (ROSA et al, 2012). Mas de certo modo, pelo conhecimento sobre a realidade local, pode-se apontar que entre os motivos para isso pode estar a falta de construção de estratégias da própria escola em busca de ir até os pais e esclarecer a relevância da união orgânica de todos para a promoção de um ensino melhor e de uma comunidade mais justa e democrática.

Enfim, a escola do Engenho II encontra-se em processo de construção da educação do campo, e pensar a questão da implementação de um Centro de Documentação e Memória em seu contexto pode ser uma forma trazer para dentro de si o potencial formativo capaz de valorizar o camponês e toda a história que encontra-se arquivada na mente e nos objetos que estão sob guarda do povo Kalunga da região.

2.3 O TERMO CULTURA

Segundo Canedo (2009), o termo cultura é aplicado nos diferentes contextos da vida social e destacado em diferentes áreas de conhecimento, tais como economia, sociologia, antropologia e administração, por exemplo, de modo que a definição do termo é tarefa complexa, se considerada a versatilidade de usos.

Conforme Willians (2007) *apud* Canedo (2009, p.1- 2), “*a palavra cultura vem da raiz semântica colore, que originou o termo em latim cultura, de significados diversos como habitar, cultivar, proteger, honrar com veneração*”.

Para Canedo (2009), essa terminologia era empregada até o século XVI como sendo uma palavra relacionada ao cuidado que se deveria ter com algo na sociedade, o que se estendia desde o cuidado com as crianças até o cuidado com os animais e plantas. Porém, a partir do século XX, este termo passa a ser empregado nos cuidados referentes ao desenvolvimento agrícola e também nas ciências humanas.

Segundo Da Matta (1981), o termo cultura é visto de modos diferentes pela sociedade, de maneira que, num primeiro momento, muitos partem da noção de que

cultura está relacionada com a quantidade de livros e conhecimentos formais que o indivíduo acumula.

Noutro instante, Da Matta (1981), salienta que a cultura é observada como uma forma de classificar pessoas ou grupos sociais distintos, de maneira a se observar as particularidades inerentes que os envolvem, tais como: valores, diferenças pessoais, tradições, história, etc.

Contudo, para esse autor, as concepções de cultura trabalhadas pelo senso comum, muitas vezes são usadas de forma discriminatória na sociedade, sendo empregada para distanciar as pessoas, separar e gerar um clima desconfortável e conflituoso, inclusive no que se refere à aceitação do outro, o que tem a ver com diversos elementos, dos quais ressalta-se a etnia, a raça, a cor, o sexo, a idade e os costumes.

Para Da Mata (1981), do mesmo modo que o termo personalidade é relacionado com a vida social, e com a forma de ocupar o espaço na sociedade, o termo cultura também está organicamente relacionado com a interação com o outro e com o meio em que o sujeito vive e se relaciona:

Quando um antropólogo social fala em "cultura", ele usa a palavra como um conceito chave para a interpretação da vida social. Porque para nós "cultura" não é simplesmente um referente que marca uma hierarquia de "civilização", mas a maneira de viver total de um grupo, sociedade, país ou pessoa. Cultura é, em Antropologia Social e Sociologia, um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas (DA MATA, 1981, p.2).

Falar sobre cultura é muito importante, especialmente quando se toca na criação de um Centro de Documentação e Memória na comunidade do Engenho II, pois projetar e criar um local como este é pensar na conservação da história Kalunga, é ajudar a reconstruir, e a dar continuidade aos resquícios culturais do passado, presente e futuro.

2.4 HISTÓRIA E MEMÓRIA

Segundo Calvo (2010), ao se valorizar a história e a memória de forma coletiva, é possível perceber que os problemas e os temas são levantados através

das lutas sociais e do diálogo, aspectos que são conduzidos pelas relações com o outro.

Para esta autora, a compreensão das práticas sociais, e da história dos grupos presentes na sociedade é de extrema importância para a investigação social, para que informações reais sejam coletadas, e para que haja a desconstrução de velhos paradigmas, o que permite a formação de um pensar político distinto daquele olhar superficial que por vezes pode ser lançado sobre a formação cultural e histórica dos indivíduos.

Segundo Silva (1996) a memória está em constante alteração, o que se dá na característica dinâmica que esta tem, de modo que ao se trazer a memória para o momento presente é possível trazer à tona repressões, valores, culturas e identidades, e especialmente aspectos relacionados à cidadania.

Nas percepções de Silva (1996) a memória consiste num forte instrumento que ajuda na escrita da história, o que permite que haja uma importante relação entre os dois termos. No entanto, apesar disso, não se pode pensar que ambos são sinônimos.

Segundo Custódio (2012, p.4) *a memória é principalmente um fenômeno social, uma construção derivada das relações sociais estabelecidas pelos atores sociais, o que transcende o aspecto individual*. Segundo Stephanou e Bastos (2009) *apud* Custódio (2012), o que diferencia memória de história, é que esta primeira tem a ver com os vestígios, e apesar de ser um elemento histórico, não pode ser vista como história.

História estuda a ação dos homens no tempo. É necessário indagar, então, o porquê de algumas memórias serem privilegiadas em detrimento de outras nos livros didáticos, nos feriados, nas políticas de proteção ao patrimônio, na mídia etc. É preciso levantar o interesse político presente em cada um desses “lugares de memória”, pensando a política amplamente, muito além dos âmbitos partidário, eleitoral e institucional (SILVA, 1996, p.330)

Como se verifica acima, a história também tem ligação com o tempo, ou seja, esta procura relatar as alterações que ocorreram na humanidade ao longo dos períodos.

Para Custódio (2012), a história se alimenta de dados e de pistas que ajudam a entender as alterações na vida humana ao longo do tempo e no decorrer da ocupação no espaço.

Tal qual aborda Silva (1996), existem memórias mais privilegiadas que outras, de modo que isso pode ser verificado em livros, jornais e muitos outros veículos de comunicação que reproduzem as histórias de pessoas famosas, políticas, atletas, ou que tenham feito alguma atividade representativa para a sociedade, em detrimento da reprodução da história de pessoas que são parte da classe popular ou que estão à margem da sociedade capitalista, entre esses se destacam: negros, pobres, índios, analfabetos.

Santos (1996) *apud* Silva (1996) destaca que o espaço e a memória possuem estreita relação entre si de forma que, os movimentos territoriais ou a mobilidade humana no sentido geográfico interferem, ou, contribuem para alterações na cultura e no modo de ser e viver dos grupos sociais.

História e memória são dois conceitos essenciais para o propósito deste trabalho. O planejamento para a criação de um Centro de Documentação e Memória no Engenho II é uma forma de documentar a memória e dar ênfase à história social, cultural e política local.

Conforme teses de Benjamim, citadas através de Lowy (2005), pode-se entender que não existe luta para um futuro melhor se a comunidade não tem sua memória viva. Dessa forma, através desta análise é possível compreender que, o fortalecimento da memória pode ajudar de forma intensiva no resguardo da história local de um povo.

Segundo Neves (2000), a memória está relacionada com o poder, sendo que quanto mais esta é fortalecida, maiores chances há para que a mesma marque o seu espaço na história social e coletiva.

O Centro de documentação e Memória encaixaria dentro do que o Ministério da Cultura considera como pontos de memória, que compreende o prêmio que tem o propósito de contemplar ações desenvolvidas por iniciativas de memória e museologia social. De certo modo, os prêmios do Programa Pontos de Memória:

Buscam reconhecer, incentivar e fomentar a continuidade e sustentabilidade na perspectiva do Programa Pontos de Memória aos trabalhos com inventários participativos das redes territoriais e temáticas de memória e museologia social, inclusive, até o mês de outubro de 2015, abriu-se edital para inscrição e preparo de pessoal para a capacitação (IBRAN, 2015)

Assim sendo, existem projetos de incentivo a ideias inovadoras que visam o resgate ou fortalecimento não só da cultura, mas do poder que esta pode dar a um povo.

2.5 CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA

Segundo Tessitore (2003), o centro de documentação é uma instituição bastante híbrida, pois comporta um conjunto misto de informações que podem constituir um acervo amplo. Este acervo abrange desde uma biblioteca até um museu que comporta a memória e a história de um dado grupo ou de um sujeito na sociedade.

O Centro de Documentação reúne, por compra, doação ou permuta documentos únicos ou múltiplos de origens diversas (sob a forma de originais ou cópias) e/ou referências sobre uma área específica da atividade humana. Esses documentos e referências podem ser tipificados como de arquivo, biblioteca e/ou museu (TESSITORE, 2003, p.14).

Para esta mesma autora (TESSITORE, 2003), um centro de documentação deve se constituir a partir de características tais como: obtenção de arquivos bibliográficos, ou, museológicos, ser uma entidade colecionadora de documentos, arquivos ou objetos que possibilitem o local ser um centro de referência em cultura, memória e história social, a ser disponibilizado para pesquisa a quem precisa de informação ou deseja conhecer de forma ampla as características históricas e tradicionais dos indivíduos ou lugares documentados. Esses aspectos ajudam também a entender o quanto a memória está inserida na ideia de um Centro de Documentação e Memória.

Para a implementação de um Centro de Documentação e Memória na Escola Joselina Francisco Maia e na Extensão Kalunga I na comunidade Engenho II, se torna fundamental a realização de pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo junto aos moradores, de forma que essas estratégias possibilitem a coleta de dados para a construção documentada da história dos indivíduos e do grupo.

Será também relevante a conscientização dos estudantes que já realizaram, realizam ou irão realizar estudos e documentários diversos sobre o local e sobre a comunidade para que contribuam com seus trabalhos no processo de construção do memorial do povo Kalunga.

Outro aspecto é o esclarecimento e a motivação da população local para que a mesma contribua na parte museológica, ou seja, com a doação de objetos antigos e que representam a cultura e os resquícios deixados pelos antepassados negros na região.

Como integrante da Associação dos Educandos, Povo, Terra e Campo (Epotecampo), Associação Kalunga de Cavalcante (AKC) e Associação Quilombo Kalunga (AQK) que tem como componentes alunos de LEdoC, representantes dos quilombos e pessoas da comunidade Kalunga e de grupos que se interessam pela valorização do sujeito do campo, acredito que a implantação de um centro de pesquisa na comunidade Engenho II pode ser consolidada como uma ideia piloto que tende a fortalecer a memória e cultura do povo Kalunga como um todo, sendo este parte da estrutura da escola. A memória fortalecida serve especialmente para a comunidade Kalunga, podendo ser distribuída e conhecida por turistas e estudiosos que visitarem o local.

Em relação à escola, este centro pode ajudar a reforçar o ensino-aprendizagem dos educandos nas perspectivas da educação do campo, de maneira que, a cultura local e os saberes oriundos da memória e história quilombola estarão constantemente no contexto educativo. É possível relacionar o caso do memorial projetado em Monte Alegre de Goiás com o Centro de documentação pretendido para a escola da comunidade Kalunga Engenho II (GOIÁS, 2015),

Para Fernando Lana (GOIÁS, 2015) o memorial que tem relação com um centro de documentação, fisicamente, no caso do que foi idealizado para a cidade de Monte Alegre, este seria a própria casa da Dona Lió e suas construções vizinhas, como a casa de farinha e o forno, acrescentada de banheiros masculino, feminino, tendo-se um sanitário específico para cadeirantes, assim como uma casa anexa com varanda onde funcionaria uma loja de artesanatos e uma lanchonete, havendo sinalização com placas.

Conforme o assessor da Secult (GOIÁS, 2015), quanto ao que está dentro do espaço do memorial, tem-se que na casa principal, devem ficar todos os utensílios da Dona Lió que forem recuperados, quadros com fotos da Dona Lió e da comunidade, painel fotográfico, TV com DVD, filmes e documentários sobre Dona Lió e a cultura e tradições Kalunga.

Quanto ao fato da casa de Dona Lió, ser um espaço cultural que pode contribuir para o âmbito escolar, tem-se que, por ser um pequeno museu que

resguarda a cultura Kalunga e que poderá ser visitado por estudantes da comunidade, da região e até mesmo por excursões de turismo pedagógico de Goiânia, Brasília e outros Estados, este acaba por gerar sua contribuição social a educação (GOIÁS, 2015).

No caso do funcionamento do local, este funcionará com a disponibilização de um guia encarregado de mostrar o local aos visitantes. O processo de construção do memorial conta com a participação do CET- UnB, Associação Quilombo Kalunga e trabalhadores contratados na comunidade (GOIÁS, 2015).

O objetivo do Memorial em Monte Alegre é preservar a memória da Dona Leonilda Fernandes de Castro, a Dona Lió, seus ditados, dizeres, fazeres, lembrando sempre de sua sabedoria e liderança espiritual na comunidade (GOIÁS, 2015).

Quanto as atividades desenvolvidas no espaço do memorial estão previstas, além da visitação à casa e arredores, oficinas de cerâmica, fiação e tecelagem. O local deverá ser um Centro Cultural, além de um produto turístico cultural, assim como um local de reuniões e capacitação (GOIÁS, 2015).

Para Lana (GOIÁS, 2015) uma casa de cultura é um local histórico, que guarda e resguarda a cultura de um povo através de ações contínuas de preservação, valorização e afirmação de sua cultura e tradições.

O processo para a montagem de uma casa de cultura segundo Fernando Lana (GOIÁS, 2015) é o seguinte:

- a. A escolha do local e a razão dessa escolha;
- b. Parceria com a associação e prefeitura locais;
- c. Criar uma comissão para o projeto;
- d. Realizar reuniões de planejamento com essa comissão;
- e. Definir qual tipo de museu e qual o objetivo principal da Casa de Cultura;
- f. Elaborar o projeto;
- g. Buscar apoio financeiro e logístico;
- h. Executar o projeto;
- i. Prestar contas ao agente financiador.
- j. Divulgar a Casa de Cultura / Museu.

O que é colocado nestes pontos por Lana (GOIÁS, 2015) ajuda em muito no desenvolvimento do que se pretende com a criação do Centro de Documentação e Memória na Escola do Engenho II.

2.6 A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO DOCENTE

Conforme Haddad et al (2012) o direito à educação é uma forma de garantir e possibilitar a dignidade humana, apesar de que por muito tempo no Brasil esse direito pertencia a poucas pessoas, especialmente àquelas que faziam parte da elite nacional. Contudo, conforme este autor os movimentos e lutas sociais ajudaram na conquista dessa importante garantia à sociedade em geral, independente de raça, cor ou sexo.

Para Haddad et al (2012), a educação compreende um direito social que tem forte relação com as práticas culturais, sendo esta uma forma de promover o acesso aos bens produzidos pela cultura, de maneira a ajudar no desenvolvimento de conhecimentos relacionados a esta.

A educação é um elemento fundamental para a realização dessas características. Não apenas a educação escolar, mas a educação no seu sentido amplo, a educação pensada como uma ação humana geral, o que implica a educação escolar, mas não se basta nela, porque o processo educativo começa com o nascimento e termina apenas no momento da morte. A educação pode ocorrer no âmbito familiar, na comunidade, no trabalho, junto com amigos, nas igrejas etc. Os processos educativos permeiam a vida das pessoas (HEDDAD et al, 2012, p.217),

Assim, de forma geral a educação não acontece somente de maneira formal, mas a mesma está presente em diferentes contextos da vida social dos sujeitos, sendo esta um fator contínuo que envolve toda a trajetória de vida humana.

Contudo, Haddad (2012) salienta que entre tantas formas de educação, a educação escolar permanece como sendo a maneira de conquista de muitos outros direitos na sociedade, inclusive o direito de pensar e agir no espaço onde se vive.

Pelo menos desde 1948, no artigo 26 da *Declaração universal dos direitos humanos*, a ordem jurídica internacional reconhece o direito de todas as pessoas à educação. Ao reconhecê-lo como direito humano, elege sua realização universal como objetivo prioritário de toda a organização social. [...] Signatário dos tratados internacionais, o Brasil tem o dever de *respeitar, proteger e promover os direitos humanos*, entre eles o direito à educação. O de respeitar significa que o Estado não pode criar obstáculos ou impedir o exercício do direito humano à educação. O dever de proteger exige que o Estado resguarde o direito para evitar que terceiros (pessoas, grupos ou empresas, por exemplo) impeçam o seu exercício. (HEDDAD et al, 2012, p.218). .

Conforme se observa logo acima em Haddad (2012), universalmente a educação é concebida como um direito essencial ao ser humano, tendo este elemento forte influência na vida dos cidadãos, de maneira que ao Estado cabe promover e facilitar a garantia deste fator a todas às pessoas. Para o autor, nos últimos 30 anos uma verdadeira revolução na oferta do ensino básico tem sido observada no contexto brasileiro, inclusive no que toca à educação do campo, mas ainda há aspectos que envolvem a necessidade de melhoria na qualidade do ensino nacional.

Conforme Oliveira e Campos (2012), a educação do campo termina em ser um programa fortemente relacionado com os movimentos sociais, sendo que foi por meio das lutas dos grupos rurais organizados que a mesma conseguiu abranger a diversidade e a pluralidade cultural dos povos do campo. Segundo apontam essas autoras, a educação do campo veio para promover o ensino básico àqueles que residem em locais antes não atendidos com a escola, de maneira que, o programa pretende transmitir conhecimentos científicos e ao mesmo tempo manter os conhecimentos advindos da prática social dos povos do campo, valorizando os seus saberes e fortalecendo a memória local.

Segundo observa Molina (2010):

As práticas pedagógicas indicam a permanência da distância entre os conteúdos, os métodos escolares e a realidade dos alunos do campo, apesar de algumas iniciativas, como a inclusão de disciplinas voltadas para o campo (o que denuncia que só essa inclusão não é suficiente) (MOLINA, 2010, p.33).

O que é exposto por Molina (2010) ajuda a entender que os ideais do programa da educação do campo ainda não chegaram às dimensões pretendidas, necessitando de transformações em sua metodologia pedagógica para que realmente atenda à realidade dos educandos e sirva de fato para a promoção de um ensino pautado em resguardar a cultura e valores das comunidades locais.

O resultado da pesquisa de Molina (2010) interage com as reflexões de Brandão (2014), que reafirma a necessidade de que os projetos pedagógicos da educação do campo tenham em sua identidade relevante ligação com o que os educandos vivem no campo.

No texto do Ministério da Educação (BRASIL, 2012) existe o posicionamento de que a educação do campo pode ser compreendida como forma de construir uma política voltada a garantir o direito educacional à população rural, de maneira que:

É uma tarefa a que o Ministério da Educação, juntamente com os sistemas públicos de ensino e os movimentos sociais e sindicais do campo, tem se dedicado com grande zelo em virtude do reconhecimento da enorme dívida do poder público em relação ao direito dos povos do campo à educação (BRASIL, 2012, p.4).

Segundo observa-se no texto supracitado, um fator muito importante na educação do campo foi à criação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo que estabeleceu não só a forma de ensino em todas as fases do ensino básico como também salientou sobre a importância da formação docente para o preparo dos educadores que atuam ou irão atuar com os educandos que residem no campo.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo constituem-se como referência para a Política de Educação do Campo à medida que com base na legislação educacional estabelecem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal (BRASIL, 2012, p.4).

Nesse mesmo texto, a Câmara da Educação Básica para cumprir ao que foi estabelecido através da lei nº 9131/95 e da lei nº 9394/96 (que diz respeito a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional) acabou por criar diretrizes que viessem orientar-se para o atendimento escolar que compreenda o ensino dos alunos e conseqüentemente a formação dos docentes pautada no respeito às diferenças e a diversidade cultural e social, tendo sempre a perspectiva de incluir os sujeitos do campo, o que foi incentivado através do artigo 28 da LDB.

Conforme Brasil (2012):

Art. 6º O Ministério da Educação analisará e aprovará os planos estratégicos apresentados e atuará na forma do art. 9º, considerando as etapas, modalidades, tipo de estabelecimento de ensino, bem como a distribuição regional e demográfica do contingente de profissionais do magistério a ser atendido.

Art. 7º O atendimento à necessidade por formação inicial de profissionais do magistério, na forma do art. 9º, dar-se-á:

I - pela ampliação das matrículas oferecidas em cursos de licenciatura e pedagogia pelas instituições públicas de educação superior; e

II - por meio de apoio técnico ou financeiro para atendimento das necessidades específicas, identificadas na forma dos art. 5º.

Parágrafo único. A formação inicial de profissionais do magistério dará preferência à modalidade presencial (BRASIL, 2012, p.77-78).

O Decreto nº 6.755 de 29 de janeiro de 2009 estabeleceu a política nacional de formação de profissionais do magistério e da educação básica, assim, os artigos 6 e 7 citados logo acima contemplam parte do que este documento aplicam em relação a capacitação docente (BRASIL, 2012).

Contudo, segundo aponta tal documento, o interesse por qualificar ainda mais os educadores compreende o decreto nº 6.755/09, de maneira que se pensa em não apenas formar o educador para o exercício do magistério, como também objetiva-se trazer a este uma educação continuada, possibilitando capacitação docente e melhoria no ensino básico.

Art. 8º O atendimento às necessidades de formação continuada de profissionais do magistério dar-se-á pela indução da oferta de cursos e atividades formativas por instituições públicas de educação, cultura e pesquisa, em consonância com os projetos das unidades escolares e das redes e sistemas de ensino.

§ 1º A formação continuada dos profissionais do magistério dar-se-á por meio de cursos presenciais ou cursos à distância.

§ 2º As necessidades de formação continuada de profissionais do magistério serão atendidas por atividades formativas e cursos de atualização, aperfeiçoamento, especialização, mestrado ou doutorado (BRASIL, 2012, p.78).

A partir das considerações de Brandão (2010) é possível entender que o curso de licenciatura em educação do campo acaba por reforçar o que foi decidido através das legislações nacionais, contudo, este curso ainda não atende a todos os educadores que trabalham no campo, algo que ainda depende do fortalecimento das lutas potenciadas pelos grupos sociais, como o Movimento Sem Terra, de associações de moradores e do comprometimento do próprio governo brasileiro, para que o ensino voltado aos povos do campo atinja os propósitos de resguardo da cultura, através da capacitação docente e também da disponibilização de recursos necessários para que os ideais implementados neste plano de ensino consigam sair do papel e transformar o contexto social.

Através dos autores aqui apresentados reforço a influência desses conhecimentos para a minha formação docente, de maneira que a realização do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) na Universidade de Brasília (UnB) sofreu impactos de muitas das decisões dialogadas neste referencial. Foi através da realização deste curso e das possibilidades trazidas através deste, ao de estar em permanente contato com a comunidade do Engenho II, local onde trabalho, é que encontrei muitos motivos para o levantamento da pesquisa sobre as possibilidades de planejamento de um centro de documentação e memória nesta localidade, e especialmente no contexto da escola.

Através de Brandão (2014) e Molina (2010), torna-se ainda mais relevante considerar a presença de um espaço direcionado ao resguardo da cultura local dentro da escola, considerando-se que, no município de Cavalcante, apesar de existir muitos povoados e fazendas que possuem unidades educacionais rurais, nesta localidade a premissa da educação rural perpassa os ideais inovadores e construtivos da educação do campo.

Assim, é extremamente relevante que a escola comece a andar na perspectiva deste último pensar educativo, isso se o que se pretende em seu contexto, é desenvolver a autonomia do sujeito e a transformação social através de seu espaço.

CAPÍTULO III

3 A COMUNIDADE E SUAS PERCEPÇÕES NA PERSPECTIVA DA CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA

Este capítulo aborda sobre a pesquisa realizada junto ao público de 03 pessoas da comunidade Engenho II sobre o tema “Estudo para o planejamento da criação de um centro de documentação e memória na escola da comunidade Engenho II”. E principalmente, este tratará sobre uma proposta de planejamento a partir dos posicionamentos dos entrevistados e dos dados obtidos a partir da pesquisa bibliográfica.

3.1 INFORMAÇÕES DE CAMPO

Na coleta de dados de campo trabalhou-se o roteiro de entrevistas com sete perguntas semi-estruturadas, junto a três pessoas da comunidade Kalunga Engenho II. As respostas são a seguir apresentadas, sendo que, a partir deste levantamento buscou-se entender o que os sujeitos locais pensam da criação de um Centro de Documentação e Memória para o povoado quilombola.

3.1. 1 Visão dos entrevistados sobre o conceito de memória e história

O entrevistado 1 é morador do Engenho II, tem 66 anos de idade, se autodeclara negro afrodescendente, e nos afirmou não ter estudado em toda a sua vida, de forma o seu conhecimento vem da própria experiência de vida. Para este memória: “É a história de nosso povo, é tudo que nós lembramos e alguém de alguma maneira é registrado”. Quanto ao significado de história, esse senhor posicionou-se desta forma: “É o que é contado por várias pessoas podendo ser verdade ou não”.

A entrevistada 2 é moradora do Engenho II, tem 17 anos de idade, se autodeclara negra afrodescendente, Quanto ao grau de escolaridade, está possui o ensino fundamental completo. A memória é colocada da seguinte forma pela jovem

Kalunga: “Para mim memória é memolarizar¹ tudo no passado que já esqueceu, e memoriza tudo novamente se a lembra.” Em relação ao conceito de história, ela posicionou-se desta forma: “A história é contar, comentar atos em nossas vidas e comunidades.”

A entrevistada 3, que também é moradora do Engenho II, tem 29 anos de idade, se autodeclara negra afrodescendente. Esta possui o ensino superior incompleto. A mesma entende que: “memória é uma coisa que jamais é esquecida, deve ser repassada de geração para geração, e “história é uma coisa que conta o passado, o presente e até mesmo dá para ter uma noção do futuro.”

Ainda a partir de Custódio (2012) se pode observar que a percepção dos entrevistados da comunidade Engenho II ajuda a construir a visão de que existe um conhecimento sobre história e memória por parte dos sujeitos individuais, sendo isso expresso de maneira personificada por cada falante, tendo suas palavras um forte valor histórico e cultural.

3.1.2 Conhecimento sobre a História do Engenho II

O entrevistado 1 afirmou que possui conhecimento sobre a história do Engenho II e salientou que:

Essa comunidade foi formada por negros que foram escravizados, trazidos do seu país contra a sua vontade e esta foi a maneira que nós e nossos descendentes encontramos para nos proteger dos senhores (os brancos) e os malfeitores. E assim, conseguimos formar novamente nossas famílias.

A entrevistada 2 abordou que a história do Engenho II não só aconteceu num passado distante, como esta acontece constantemente no local:

Na nossa comunidade acontece vários tipos de histórias, como: as festas comemorativas de folias, rezas, impérios batismo e muito mais no nosso festejo.

A entrevistada 3 destacou que a história do Engenho II é constituída por lutas em favor do direito à terra e pela busca por liberdade em face das forças

¹ O mesmo que memorizar, a entrevistada utilizou a cultura e linguagem oral em sua fala transcrita.

discriminatórias do período escravocrata, de forma que, o local representa a identidade e a autonomia do povo negro Kalunga.

Através de Custódio (2012) é possível entender que as considerações dos entrevistados terminam por ser exemplos da importância dos saberes repassados através das gerações anteriores, visto que o que estes conhecem pode ajudar na continuação da transmissão dos saberes culturais e da memória local àqueles que estão inseridos no atual ou futuro contexto social, como crianças e demais jovens do Engenho II que encontram-se no espaço escolar.

3.1.3 Aspectos relacionados à opinião dos entrevistados sobre a criação de um Centro de Documentação e Memória na comunidade

Quanto à criação de um centro de documentação e memória na comunidade Engenho II observou-se que existe otimismo e aceitação por parte de cada um dos entrevistados.

O entrevistado¹ apontou a relevância de um local para preservar e registrar a história local:

Assim toda a nossa história vai ser guardada e repassada para as nossas crianças, os turistas, e os demais que se interessar. É um modo de registrar tudo que tem sobre nós.

O entrevistado 2 abordou sobre a possibilidade de que a criação de um centro de documentação possa interferir em outras questões na comunidade Engenho II, especialmente no âmbito cultural e econômico, sendo esta sua justificativa para a criação de projetos direcionados a localidade histórica:

Porque os Kalunga precisam de mais recursos e projetos nas comunidades para que eles elaboram nossa histórias, e façam o que nós estamos precisando de melhor.

O entrevistado 3 destacou a importância do centro de documentação no Engenho II, isso de forma a apontar o potencial de repasse dos saberes entre as gerações e a preservação da memória local:

Porque através de um centro de documentação a geração mais nova vai ter acesso uma coisa muito proveitosa de ler algo sobre a memória da comunidade.

Quanto a forma de contribuição que os entrevistados salientaram poder dar para que a história da comunidade Engenho II seja documentada de modo a resguardar a memória dos antepassados locais estão: a doação de objetos, o trabalho voluntário com busca de documentos antigos e entrevistas, como é possível identificar nos relatos a seguir:

Eu posso contribuir contando tudo que sei, pois sou um dos líderes, e doando algumas fotos ou documentos que tenho (Entrevistado 1, Comunidade Engenho II).

Contribuiria correndo atrás para ter uma documentação certa para cada um ter o seu direito, e marcar essa história na memória” (Entrevistado 2, Comunidade Engenho II).

Contribuirei tentando fazer entrevista com as pessoas mais idosas da comunidade se eles têm algo precioso que possa tar dando para incentivar os adolescentes (Entrevistado 3, Comunidade Engenho II).

Os três entrevistados da comunidade Engenho II também demonstraram em suas palavras terem disponibilidade em trazerem alguns tipos de objetos culturais que possuem em seus domínios para o centro de documentação e memória da Escola do Engenho II, entre esses: cartas, fotos, livros, coxinilho, pilão, mesas e cadeiras para sala de documentação de projetos, engenho de moer cana e outros que puderem ser encontrados no povoado.

Todos os participantes desta pesquisa salientaram que, existem muitas pessoas da comunidade que podem ser rememoradas através deste centro de documentação e memória, caso este seja construído no local sendo que: “A Dona Joana², o seu Pedro, a tia Joaquina e a tia Daniela”³ são exemplos de pessoas que devem compor este ambiente desejado. Também houve o posicionamento de que o presidente da Associação Kalunga de Cavalcante (AKC) deve ser um instrumento que ajude a evidenciar os nomes dos sujeitos da comunidade que marcaram a história da cultura local, visto que o mesmo tem representado vários atos da comunidade Kalunga.

²“Joana de Torres” é alguém que pode ser rememorada através da criação deste centro (palavras do entrevistado 3)

³ Entrevistado 1.

O que é colocado pelos entrevistados, moradores do Engenho II, é importante representação social da localidade, sendo algo bastante relevante para o planejamento do centro de cultura e memória, visto que o mesmo pode ser um mobilizador e formidável fonte de informação para o trabalho de documentação da história local. Isso fortalece o que Silva (2012) salienta ao considerar que, os sujeitos que participam dos acontecimentos são aqueles que estiveram em contato com o objeto e carregam com si um grande acervo de memória oral para registro.

3.2 PROPOSTA DE PLANEJAMENTO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA

A partir do que foi exposto pelos entrevistados, é possível identificar que de modo geral existe o interesse pela implantação de um Centro de documentação e Memória na Escola da Comunidade Kalunga Engenho II, verifica-se também a partir do embasamento teórico que existem possibilidades de adquirir recursos para tal empreendimento no local.

Nos pontos que se seguem é apresentada uma proposta de planejamento para a criação do centro de memória discutido até aqui. Em Tessitore (2003) identificou-se alguns elementos que seguem todo o processo de implantação de um centro de documentação, o que acaba por servir de fundamento para o ato de planejar.

3.2.1 Ativação da pesquisa permanente

A pesquisa permanente será realizada através do levantamento de dados que fazem parte do presente e do passado do povo Kalunga da comunidade Engenho II e também em outros municípios que comportam este quilombo na Chapada dos Veadeiros, nordeste goiano.

Conforme Tessitore (2003), o centro de documentação e memória necessita de registros e de pesquisas constantes para o enriquecimento dos conhecimentos que o constituem. Daí o interesse em realizar a busca junto à comunidade de informações do passado, dos sujeitos locais e seus saberes que regem suas

práticas diárias atuais. A escola deve ser o lócus por excelência para alimentar através do estudo, pesquisa e extensão de sua práxis pedagógica o banco de dados do centro a ser construído, sendo está um instrumento de coleta de dados.

3.2.2 Local de instalação do Centro de Documentação e Memória

O Centro de Documentação e Memória será instalado no mesmo espaço da escola da Escola Municipal Joselina Francisco Maia, ou seja, na própria escola, servindo esta última instituição como ponto de referência para acesso ao local. Um dos motivos para essa localização é a tentativa de se criar uma estratégia para aproximar a unidade educativa da cultura local, possibilitando que os estudantes possam interagir também com esses saberes locais, de forma a motivar a valorização da educação do campo na escola rural (BRANDÃO, 2014); (MOLINA, 2010).

3.2.3 Aquisição do recurso para implantação

A aquisição de recursos para a implantação do Centro de Documentação e Memória advirá do projeto a ser enviado às instituições governamentais que abrem anualmente editais de incentivos à cultura, como o Ministério de Cultura (MINC), a Secretaria de Estado de Cultura de Goiás (SECULT) e entre outros órgãos que valorizam a memória quilombola no País.

3.2.4 Os atores envolvidos

Neste projeto do Centro de Documentação e Memória os atores envolvidos serão sujeitos que representam o setor público e os sujeitos que representam o setor privado.

Os atores públicos serão: o governo municipal (representado pelas secretarias municipais de educação, cultura e desporto e Igualdade Racial e da mulher), o governo estadual (representado pela SECULT); e o governo federal (representado pelo MINC).

Os atores individuais e ou de organizações e movimentos sociais serão: ONGs, estudantes universitários, professores universitários e entre outros que já

produziram ou desejam produzir documentos e pesquisas sobre a comunidade; pessoas da comunidade Kalunga Engenho II e das demais localidades quilombolas da Chapada dos Veadeiros, representações da Associação Kalunga de Cavalcante (AKC) e da Associação Quilombo Kalunga (AQK).

3.2.5 Envolvimento da comunidade

A comunidade será envolvida na criação e na manutenção do Centro de Documentação e Memória através das representações em reuniões, participações em pesquisas de levantamento de dados, disponibilização de objetos e saberes culturais que possam ajudar no registro da memória do povo Kalunga. Ao ser implantado, os alunos e professores que já participam do espaço escolar, a comunidade local, bem como pessoas da região em geral, inclusive de todo o quilombo terão acesso ao local para pesquisa, estudos, debates, espaço de contagem de histórias, eventos culturais, videoteca, e espaço cênico.

3.2.6 Etapas para o levantamento dos documentos

Para o levantamento dos documentos serão seguidas as seguintes etapas, baseando-se em Tessitore (2003) e Goiás (2015):

- ❖ Incorporação da ação de levantamentos de documentos históricos para o centro no Projeto Político Pedagógico da Escola local; para isso haverá um trabalho de convencimento, conscientização da importância desta ação para o contexto escolar. Objetivando que a escola seja proativa dessa significativa ação educacional de ensino, pesquisa e extensão junto à comunidade.
- ❖ Determinação do tema o qual se deseja levantar sobre o povo Kalunga, ex.: festas; culinária, escravidão, costumes, culturas, riquezas naturais, relação com a natureza, etc.
- ❖ Levantamento dos possíveis pontos de registros: pessoas, livros, artigos, etc.

- ❖ Contato prévio com os sujeitos/locais de memória ou com instituições que já possuem os registros sobre o(s) assunto(s) destacados;
- ❖ Elaboração de roteiros e preparo dos instrumentos de pesquisa, quando for o caso;
- ❖ Saída a Campo em busca dos dados;
- ❖ Obtenção dos dados e aproveitamento direto para o acervo de livros, artigos e produções científicas produzidas e disponibilizadas por pesquisadores ao centro, ou criação de novos registros pela tabulação e relatório das pesquisas permanentes a serem realizadas, quando for o caso;
- ❖ Documentação dos mesmos em computador e mesmo em cartório;
- ❖ Catalogação e organização dos artigos presentes em códigos, com divisão por assunto nos armários e prateleiras do Centro de documentação; (TESSITORE, 2003); (GOIÁS, 2015)

3.2.7 Instrumentos para o levantamento de dados

Com base em Tessitore, (2003) e Goiás (2015) Serão instrumentos utilizados para a coleta de dados que visa enriquecer o acervo documental de memória:

- A internet (e-mails e redes sociais), o telefone, e outros recursos de comunicação;
- Gravador de voz, câmera, e outros recursos midiáticos;
- Roteiro de entrevista;

Além desses instrumentos para coleta de dados, serão itens importantes para o centro: o data show e computador para apresentações, projeções de trabalhos, filmes; caixas de som; prateleiras, cadeiras, mesas.

3.2.8 Formas de Aquisição de Recursos para Projetos de Natureza Cultural

O assessor de projetos culturais da Secretaria de Estado de Cultura de Goiás (SECULT), Fernando Lana (GOIÁS, 2015) salienta em entrevista que para a criação do Memorial Casa de Dona Lió, em Monte Alegre de Goiás, o órgão que financiou o projeto foi o próprio Ministério da Cultura (MINC) e Centro de Referência em Turismo (CET-UnB).

Conforme Lana (GOIÁS, 2015) é possível encontrar recursos para esse tipo de obra por meio de busca na Internet dos editais do Fundo Nacional de Cultura, Lei de Incentivo à Cultura e Fundação Palmares no Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Fundo de Arte e Cultura de Goiás e Lei Goyases (SECULT), Ministério da Integração Nacional, Petrobrás, Caixa Econômica Federal, dentre outros, que podem ser pesquisados.

É importante obter esses dados referentes à forma de aquisição de recurso, justamente porque a partir daí se pode estudar e acompanhar os editais que compreendem a proposta do centro de documentação e memória na unidade escolar do Engenho II.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de pesquisa discutiu-se o tema estudo para o planejamento da criação de um centro de documentação e memória na escola da comunidade Kalunga Engenho II.

Assim, foi possível explicitar o percurso adotado para a realização da pesquisa e as escolhas que fundamentaram a abordagem temática.

Por meio da pesquisa bibliográfica e da parte de campo foi possível Identificar os requisitos e aspectos fundamentais para o processo de planejamento e implantação de um Centro de Documentação e Memória na Comunidade Kalunga Engenho II.

Entre os aspectos a serem considerados estão à cultura local, e a força política e social que a comunidade Engenho II possui, sendo relevante entender que a memória e a história caminham de forma interligada, sendo ambas interdependentes. Conseguiu-se destacar a percepção sobre a importância da discussão e da apresentação do tema da pesquisa para a valorização e resguardo da cultura Kalunga do Engenho II.

Através da pesquisa de campo foi possível a compreensão de que a comunidade Kalunga de Engenho II, de fato possui interesse pela constituição de um centro de cultura e memória e demonstra ter interesse em ajudar neste processo com o que possui de conhecimento, valores, cultura e conhecimento.

Conforme foi identificado em autores como Silva (2012) e Tessitore (2003) a cultura possui um sentido político e cultural na memória, assim sendo, uma das formas de expressão desse poder está a constituição do centro de cultura em localidades como a do Engenho II.

A comunidade e o diálogo com esta, podem ser formas utilizadas para o mapeamento das produções culturais realizadas no local, além de ser por meio disso que a facilitação do acesso à história local será possível.

Para o envolvimento da escola do Engenho II como agente cultural primordial na produção do planejamento para a criação do centro de documentação e memória, pode-se observar que, é de grande importância a mobilização de alunos e professores a fim de que esses contribuam com suas ideias para a soma de

conhecimentos que possam ser reportados para um futuro projeto, visto que são estes os principais sujeitos a terem contato com essa benfeitoria que pode possibilitar interação entre as diferentes gerações e a introdução da comunidade e dos seus saberes na unidade escolar.

Isso termina por ajudar a construir uma verdadeira educação do campo, como bem idealiza Molina (2010) ao considerar que os povos das localidades rurais devem partir de uma consciência ativa daquilo que são e que precisam representar no processo de valorização de si mesmos e de suas histórias através da educação, o que compreende-se na busca pela afirmação do campo no contexto social em que vivem.

Reforço aqui a importância da realização do curso da LEdoC e de minha participação enquanto representante social na comunidade Engenho II como sendo importante para o desenvolvimento deste estudo e reflexão sobre o protagonismo dos sujeitos do campo na busca de transformar suas realidades. Nesse sentido, é preciso acreditar na memória coletiva e na possibilidade de que esta contribua para o registro histórico do povo Kalunga, pensando sempre na relevância da escola e da capacitação docente dos professores locais para a introdução de metodologias que reforcem a autonomia, liberdade e construção da democracia nesta esfera social.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Presença Pedagógica. Diálogo entre a universidade e a educação básica para a formação do professor. V.20, n. 120. Nov/dez, 2014.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)].LDB : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico]. – 7. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.44 p. – (Série legislação ; n. 95)

BRASIL.Ministério da Educação.Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI.Educação do Campo: marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília:SECADI, 2012.

CALVO, Célia Rocha. **Dossiê Fontes Oraís: Perspectivas De Investigação.** Narrativas orais, fontes para investigação histórica: culturas, memórias e territórios da cidade. História e Perspectivas, Uberlândia/MG: UFU, jan- jun, 2010.

CANEDO, Daniele. **“Cultura é o quê?”:** Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. V ENECULT – V Encontro de Estudos multidisciplinares em cultura. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia, 27 a 29 de maio de 2009.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto / John W. Creswell; tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. - 3. Ed. - Porto Alegre: Artmed, 2010, 296 p.

CUSTÓDIO, Regiane Cristina. **Narrativas De Memórias E A Pesquisa Em História Da Educação.** IX ANPED SUL – Seminário em Educação da Região Sul, 2012.

DA MATTA, Roberto. **Você tem cultura?**Artigo publicado no Jornal da Embratel, RJ, 1981.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOIÁS. Respostas De Fernando Lana Sobre a Casa de Dona Lió em Monte Alegre de Goiás. Secretaria de Estado de Cultura de Goiás (SECULT). Julho de 2015.

HADDAD, Sérgio. Direito à Educação. In: CALDART, Roseli Salete [et al]. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, 788 p.

IBRAN. Pontos de Memória. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/tag/pontos-de-memoria/>. Acesso em: 20 de Nov. 2015.

LOWY, Michael, Walrer Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das reses "Sobre o conceito de história" / Michael Lowy; tradução de Wanda Nogueira Caldeira Branr, [tradução das reses] Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lurz Muller. - São Paulo: Boirempo, 2005, 160p.

MOLINA, Mônica Castagna. Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão organizadora. – Brasília: MDA/MEC, 2010.

MOREIRA, Jorgeanny De Fátima Rodrigues. **Práticas e Saberes Populares no Quilombo**: a comunidade Kalunga do Engenho II em Cavalcante, Goiás. XXVII Simpósio Nacional de História. Natal/RN: 22 a 26 de julho de 2013. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364770502_ARQUIVO Saberes_popularnoquilombo.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364770502_ARQUIVO_Saberes_popularnoquilombo.pdf). Acesso em: 25 de maio de 2015.

OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de. CAMPOS, Marília. **Educação Básica do Campo**. In: CALDART, Roseli Salete [et al]. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, 788 p.

ROSA, Eriene dos Santos [et al]. **Inserção orientada na comunidade kalunga Engenho II**. Brasília: UnB, 2012.

SARAIVA, Regina Coelly F.; RODRIGUES, Livia Penna Firme; NOGUEIRA, Mônica Celeida R. **Saberes e fazeres tradicionais sobre o cerrado**: a experiência de Dona Flor. Brasília: Universidade de Brasília, Decanato de Extensão: 2011, p. 257.

SILVA, Paulo Renato da. **Memória, História e Cidadania**. Cadernos do CEOM – Ano 23 n. 32 – Etnicidades, 1996, p. 328-346.

TESSITORE, Viviane. **Como Implantar Centros De Documentação?** São Paulo: Arquivo Do Estado, Imprensa Oficial, 2003. Disponível em: http://www.argsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf9.pdf. Acesso em: 10 de junho de 2015.

UNGARELLI, Daniella Buchmann. **A comunidade quilombola Kalunga do Engenho II**: Cultura, produção de alimentos e ecologia de saberes. Brasília, 2009, 83 p.

ANEXO 1 - Roteiro de entrevista sobre a criação do Centro de Documentação e Memória na Comunidade kalunga Engenho II, município de Cavalcante - Goiás

(Destinado aos moradores locais)

Questão de filtro: Você faz parte da comunidade kalunga Engenho II?

Sim Não

Dados Pessoais:

a). Nome: _____ Responder anonimamente

b). Idade: _____

c). Sexo: M F Outro

d). Grau de Escolaridade: _____

Ensino Fundamental Incompleto Ensino Fundamental completo Ensino Médio Incompleto Ensino Médio completo Ensino Superior incompleto Ensino Superior completo Ensino Superior completo Nenhum

e) Cor/Etnia: Branca Preta Parda Amarela Indígena

Dados de Campo

1. Para você o que é memória?

2. Para você o que é história?

3. Você conhece sobre a história do Engenho II? Caso positivo fale um pouco sobre isso.

4. Você é favorável quanto a criação de um centro de documentação e memória na escola da comunidade do Engenho II?

Sim Não

Explique: _____

- 5. Como você contribuiria para que a história da comunidade do Engenho II fosse documentada de modo a resguardar a memória dos antepassados locais?**
- 6. Que tipos de objetos há na comunidade que podem ser trazidos para o centro de documentação e memória da escola do Engenho II?**
- 7. Que pessoas da comunidade você considera que poderiam ser consideradas e lembradas através deste centro de documentação e memória, caso este seja construído no local?**